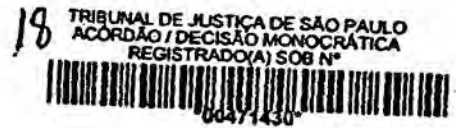


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL nº 173.600-5/5-00, da Comarca de SÃO PAULO, em que é recorrente o JUÍZO "EX OFFICIO", sendo apelantes e reciprocamente apeladas SOCIEDADE AMIGOS DA CIDADE JARDIM e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

ACORDAM, em Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferir a seguinte decisão: " não conheceram do agravo retido e deram provimento à apelação da autora e parcial provimento aos demais recursos, v. u. ", de conformidade com o relatório e voto do Relator, que integram este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LAERTE SAMPAIO (Presidente) e ANTONIO CARLOS MALHEIROS.

São Paulo, 23 de Abril de 2002.



JOSÉ CARDINALE  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Apelação Cível nº 173.600.5/5-00 – São Paulo – Voto nº 10.799**

**Recorrente: Juízo ex officio**

**Apelantes e reciprocamente apelados: Sociedade Amigos da Cidade Jardim e Prefeitura Municipal de São Paulo**

*Ação civil pública. Objetivo: compellir a Municipalidade a cumprir, na execução de obra pública, exigências previstas em Relatório de Impacto Ambiental aprovado por seu órgão competente. Inocorrência de violação do princípio da harmonia e independência dos Poderes. Aplicabilidade do artigo 644 do Código de Processo Civil à Fazenda Pública. Ação julgada procedente. Recursos oficial e voluntário da Municipalidade providos em parte para excluir da condenação o cumprimento de algumas exigências já atendidas e majorar, em relação a outra, o prazo para seu cumprimento. Apelação da autora provida para elevar a honorária.*

1. Cuida-se de ação civil pública proposta pela Sociedade Amigos da Cidade Jardim contra a Prefeitura Municipal de São Paulo, objetivando, em resumo, o integral cumprimento das exigências constantes da Resolução CADES nº 05, de 02.12.94, expedida com o fim de minimizar o impacto ambiental decorrente da execução de uma via alternativa ao túnel sob o rio Pinheiros.

A r. sentença de fls. 486/504, cujo relatório é adotado, julgou parcialmente procedente a ação para: a) condenar a requerida ao cumprimento das exigências de números 01 (em parte), 03, 05, 06, 10, 11 (em parte), 13 e 14, no prazo de 180 dias e 04 no prazo de 240 dias; b) cominar pena de multa diária



no valor de R\$ 1.000,00, devidamente atualizado, para o caso de descumprimento; e c) condenar a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.000,00, nos termos do artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil.

Interposto o recurso oficial, apelaram ambas as partes.

A Prefeitura Municipal alega, em síntese, que a escolha da forma e do momento oportuno para o atendimento das exigências da Resolução CADES nº 05/94, bem como o prazo para conclusão destas, constitui, inegavelmente, ato discricionário e, assim, a sentença fere o princípio da harmonia e independência entre os poderes (art. 2º da CF), pois não se concebe a substituição de ato tipicamente administrativo por decisão judicial. Sustenta que deve ser acolhido o laudo técnico apresentado por seu assistente e, ainda que se entenda como não atendidas referidas exigências, os prazos fixados para o cumprimento são por demais exíguos. Aduz, por fim, que a imposição de multa cominatória à Administração Pública é inconstitucional e ilegal (fls. 515/526).

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim, por seu turno, pleiteia a majoração da verba honorária (fls. 508/512).

Processados os recursos, as partes apresentaram contra-razões (fls. 528/531 e 533/544).

A douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo provimento do recurso da autora e improvimento dos demais (fls. 558/561).

É o relatório.

2. Preliminarmente, não se conhece do agravo retido de fls. 325/327, à falta de oportuna reiteração.



3. Da análise dos documentos que instruíram o presente feito, extrai-se que a Prefeitura Municipal, pretendendo executar uma via alternativa ao túnel do rio Pinheiros, diferente do traçado original, submeteu ao CADES – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que, após o trâmite prescrito na legislação, converteu-se no Alvará de Licença Ambiental Prévia nº 05/SVMA.G/95, condicionado ao atendimento das 14 exigências contidas na Resolução CADES nº 05, de 01.12.94.

Referidas exigências são do seguinte teor:

*"1. Manter os redutores de velocidade nas ruas Alberto Penteado/Begônias/Magnólias, não alterando as características/traçado dessas vias e mantendo inalteradas as praças existentes;*

*2. Fechar de forma definitiva a Rua Elias Cutait e Av. das Acácias junto à Praça Cidade Jardim, criando uma praça maior no local, com tratamento paisagístico adequado, plantio de árvores nativas e obstáculos sonoros, como compensação à degradação imposta à região do emboque e evitar tentativas de cruzamentos e acesso ao túnel;*

*3. Fechar de forma definitiva a Av. das Acácias (substituir floreiras) junto à Av. dos Tajurás criando uma praça no local;*

*4. Construir junto à ponte Cidade Jardim (Praça Deputado Dario de Barros) acesso à Marginal Pinheiros sentido Santo Amaro para o tráfego proveniente da Av. Tajurás. A falta deste acesso obriga o tráfego de automóveis, caminhões, etc. a adentrar o bairro pela Rua Alcebiades Delamare*





*e converter à esquerda na Rua Taques Alvim atingindo a Marginal. Esta situação também acaba gerando muito tráfego de passagem dentro do bairro na busca de acesso à Marginal sentido Santo Amaro;*

*5. Fechar a Rua Taques Alvim junto à Marginal Pinheiros ou inverter a mão de direção para criar acesso ao bairro pela Marginal Pinheiros;*

*6. Fechar as Ruas Pedro Alvim e Alberto da Silveira junto à Av. dos Tajurás;*

*7. Não sinalizar o acesso Alberto Penteado/Begônias/Magnólias como principal ou obrigatório para atingir a Av. Juscelino Kubistchek. Até que seja construída a alça Lineu de Paula Machado, manter sempre o acesso Bairro-Centro reversível pela Av. Oscar Americano, inclusive em dias de jogos;*

*8. Implantar iluminação no entorno da rampa de acesso e emboque junto à Praça Cidade Jardim compatível com o uso estritamente residencial da área afetada (nível de iluminação menor que a Av. Tajurás);*

*9. Construir guarda corpo na região da rampa de acesso e emboque com altura reduzida e incorporando ao projeto urbanístico e paisagístico;*

*10. Projetar e implantar tratamento acústico adequado na rampa de acesso e na região do emboque do túnel de forma a molestar o mínimo possível os moradores da região afetada. O RIMA não especifica nenhuma medida prática;*

*11. Projetar e implantar tratamento paisagístico na rampa de acesso e emboque de forma a minimizar o impacto visual da obra e não descaracterizar a área afetada;*

*12. Não colocar avisos luminosos ou pôrticos nas ruas Alberto Penteado/Begônias/Magnólias/Alcebíades Delamare pois alteram as características da via;*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

5

13. *Implantar obstáculos acústicos e plantar árvores nativas entre a rua Alcebiades Delamare e Marginal Pinheiros no trecho onde hoje existe uma ilha separando as duas vias (proximidade da Praça Cidade Jardim), minimizando a poluição sonora e visual da região;*

14. *Durante a execução das obras do acesso Av. das Magnólias, criar obstáculos e fechamentos temporários de ruas de forma a não permitir que o tráfego que hoje circula pelo eixo Alberto Penteado/Begônias/Magnólias/Alcebiades Delamare busque, através das vias internas do bairro, atingir a Marginal Pinheiros, Ponte Cidade Jardim, Av. dos Tajurás, etc., durante a execução das obras. Desta forma o tráfego passará a utilizar a Av. Oscar Americano como acesso aos locais citados" (fl. 31).*

A Sociedade-autora aduziu, em sua peça inicial, que, concluídas as obras do túnel em fevereiro de 1996, pendiam de execução as obras e providências relacionadas com as exigências nºs 01, 03, 04, 05, 06, 11, 13 e 14, tendo a exigência de nº 02 sido parcialmente cumprida.

A Municipalidade defendeu-se, alegando que as exigências nºs 01, 02, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 14 foram devidamente atendidas; que as de nºs 04 e 05 competem à EMURB e à CET; e que quanto a de nº 03 "o obstáculo acústico pleiteado e implantado apresenta altura inferior em virtude da pequena área disponível, sendo que a poluição sonora se deve, na verdade, à pista local na Marginal Pinheiros e ao acesso à Av. dos Bandeirantes e não ao túnel construído" (fl. 61).

Deferida a realização de prova pericial, o expert do Juízo apresentou o laudo de fls. 134/241, no qual concluiu que dentre as exigências contidas no CADES nº 05/94, as de nºs 03, 04, 05, 06, 10, 11, 13 e 14 (ressalvado o equívoco relativo à



numeração dos itens no laudo) não foram cumpridas, sendo que a de nº 01 foi parcialmente atendida, faltando, apenas, a colocação de uma lombada entre a praça Jarbas Teixeira de Carvalho e a rua Cunhatais.

A autora concordou com o laudo oficial (fls. 276/281), ao passo que o assistente técnico nomeado pela Municipalidade ofereceu o laudo de fls. 249/274, manifestando concordância com o oficial quanto às exigências nºs 01, 02, 03, 06, 07, 08 e 09. Discordou, no entanto, em relação às seguintes exigências, aqui também realçado o equívoco quanto à indicação dos itens: a) a de nº 04, pois o acesso pretendido, embora seja efetivamente recomendável, envolve estudos e projetos necessários, além de desapropriações; b) a de nº 05, por estar condicionada à de nº 04; c) a de nº 10, uma vez que o RIMA não especificou nenhuma providência prática, sendo necessária a realização de trabalhos técnicos especializados, na área de engenharia acústica, para a adoção de soluções adequadas observado, ainda, que os ruídos provenientes da Avenida Marginal são superiores aos da entrada do túnel; d) a de nº 11, porque as áreas externas da região da entrada do túnel receberam tratamento paisagístico, cuja vegetação encontra-se em fase de crescimento, ao passo que na rampa de acesso tal tratamento não é possível em virtude das paredes diafragmas; e) quanto à de nº 13 observou que há vegetação em fase de crescimento e os obstáculos acústicos dependem de estudo especializado; e, finalmente, f) quanto à de nº 14 realçou que se cuida de medida temporária, já superada pela execução das obras.

Esclarecimentos complementares foram prestados às fls. 333/368.



4. O conceito de impacto ambiental, nos termos do artigo 1º da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, corresponde a qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

A mesma resolução arrola os empreendimentos que requerem uma avaliação de impacto ambiental, estabelecendo, ainda, o procedimento a ser adotado.

E, como anota José Afonso da Silva, *"essa enumeração casuísta é puramente exemplificativa, nem poderia ser diferente, porque a Constituição não admite limitação taxativa dos casos de estudo de impacto ambiental. Qualquer que seja a obra ou a atividade, pública ou particular, que possa apresentar riscos de degradação significativa do meio ambiente fica sujeita à sua prévia elaboração"* ("Direito Ambiental Constitucional", Malheiros, 2ª ed., pág. 199).

No âmbito municipal, a Lei nº 11.426, de 18 de outubro de 1993 conferiu ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES competência para *"apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental - EIA/RIMA no âmbito do Município de São Paulo"* (art. 23, inc. IV), estabelecendo, outrossim, que *"nos termos do artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, os estudos e relatórios de impacto ambiental de empreendimentos localizados no Município de São Paulo, assegurado o reexame de ofício, serão aprovados ou rejeitados pelo Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, ouvido o*





*Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES\*.*

No caso dos autos, após a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), aprovados pelo Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente (fl. 31), o projeto foi aprovado, com a ressalva, porém, de serem observadas 14 exigências, propostas pela Sociedade Amigos de Cidade Jardim (Resolução nº 05/94, do CADES – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).

Inaceitável, agora, se mostra a alegação da Municipalidade no sentido de que a escolha da forma e do momento oportuno para o atendimento das exigências da Resolução CADES nº 05/94, bem como o prazo para a conclusão destas constitui, inegavelmente, ato discricionário, ferindo, por isso, a r. sentença o princípio da harmonia e independência entre os poderes (art. 2º da CF).

Como bem ressaltado pela ilustre Promotora de Justiça em seu parecer:

*“... no tocante às alegações de que houve interferência em matéria tipicamente administrativa, frise-se que anteriormente ao licenciamento da obra viária e licenciamento ambiental, o respectivo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), foram aprovados apenas mediante condições especiais. Estas condições especiais constituiram as exigências que deveriam ter sido adequadamente realizadas pelo empreendedor (Prefeitura do Município de São Paulo), com o objetivo de minimizar o impacto ambiental (inevitável em vista da obra de grande porte a ser realizada).*

*Aliás, vale salientar que tais medidas foram impostas pelo órgão ambiental competente, não cabendo à*



*Prefeitura escolher o melhor momento para executá-las, de acordo com a sua conveniência e oportunidade. Não fosse assim, não haveria qualquer sentido na atuação do órgão de controle ambiental competente.*

*Como é sabido, a chamada 'licença ambiental' tem como característica própria a circunstância de estar condicionada às conclusões técnicas do estudo prévio de impacto ambiental. No caso dos autos, a autorização administrativa prévia foi condicionada ao atendimento das exigências estipuladas para a implementação da obra viária. As exigências estipuladas são condições para a viabilidade ambiental do empreendimento, e não mera 'recomendação' alternativa. Não são sugestões para a atuação exclusiva da autoridade administrativa interessada.*

*Se os empreendedores públicos submetem-se às mesmas exigências ambientais impostas aos agentes privados, inclusive obrigando-se aos procedimentos de licenciamento, parece evidente que as imposições e exigências inerentes ao procedimento também em relação a estes são vinculatórias.*

*Constitui autêntico paradoxo o entendimento de que, uma vez formuladas as exigências ambientais condicionantes da autorização para implantação de obra ou empreendimento, possam os empreendedores implantá-los validamente se desatenderem ou desconsiderarem as condições formuladas.*

*É evidente que as exigências técnicas em matéria ambiental não têm como objetivo atender eventuais conveniências de caráter administrativo. Atendem, isto sim, o próprio interesse público ambiental (cujo paradigma maior vem expresso no artigo 225, CF).*



*Aliás, os agentes públicos (tanto quanto os privados) não gozam de qualquer esfera de arbitrio para o atendimento ou não das condições impostas, pois o interesse público (e não o interesse exclusivamente administrativo) tem supremacia absoluta nesta matéria.*

*Outra questão que na verdade obscurece a interpretação exposta pela apelante, é a identificação da esfera legítima de seu poder discricionário.*

*É preciso deixar claro que a decisão recorrida preserva a exata medida da discricionariedade cabível no caso em questão. Esta esfera limita-se à decisão administrativa, que optou pela realização das obra, bem como a respeito da consciência e oportunidade de sua iniciativa. No entanto, uma vez decidida pela sua realização e definido um momento de sua implementação, não cabe ao órgão que a executa contrariar – ao seu talante exclusivo – as condições técnicas e ambientais que condicionam a viabilidade de sua iniciativa.*

*Ainda, não se pode deixar de observar um segundo grave paradoxo da argumentação recursal municipal: as exigências resistidas pela administração municipal são impostas pela própria municipalidade, no âmbito dos órgãos competentes respectivos (Resolução nº 5/94 – CADES (fls. 549/551)).*

*Ademais, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal, "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados", anotando Hely Lopes Meirelles que "o principal instrumento de controle da poluição ambiental é a licença prévia exigida para a execução de obra ou o exercício de qualquer atividade efetiva ou potencialmente poluidora", acrescentando, em seguida, que "o*



*Estudo de Impacto Ambiental* passou a ser uma exigência constitucional 'para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente' (art. 225, IV). Antes, fora previsto pela Lei nº 6.938/81 (art. 9º, III), sendo objeto da primeira resolução do CONAMA, que fixou o conceito de impacto ambiental e relacionou as atividades para as quais deveria ser exigido o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA como elemento de instrução do pedido de licença (Res. 1 do CONAMA, de 23.1.86, arts. 1º e 2º) (cf. "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, 26ª ed., págs. 545/546).

Sobre a questão, merece destaque, ainda, trecho do estudo elaborado pelo Dr. João Francisco Moreira Viegas, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo:

*"Outrossim, não há mais como negar que a Administração, na consecução dos objetivos do bem comum, tem deveres e obrigações, assim como se investe de faculdades e direitos. Ao implementar os atos que lhe competem, espelhados na condução dos serviços e obras públicas, sempre tem em mira determinados fatos, traduzidos como realidade social, em que deve ser sopesados como imperativos a executar ou carências a suprir. Nesse desiderato, o agente público precisa avaliar essas realidades, dando azo, então ao seu *discrimen*. Ao fazê-lo, por vezes, o administrador avalia equivocadamente o contexto divorciando-se do bem comum, ou mantendo-se culposa ou deliberadamente na contemplação distorcida da verdade social, omite-se, negligencia, prevarica.*

*É, então, que surge a possibilidade de correção do desvio ou da omissão praticada por via dos mecanismos de controle da atividade administrativa, entre os quais, avulta em importância o Poder Judiciário, pela eficácia vinculativa plena de sua atuação.*





*A tutela jurisdicional da espécie não representa uma interferência indébita que contrarie a regra da divisão de Poderes. É sabido que a harmonia dos Poderes exige uma interdependência recíproca.*

.....  
*Dentro dessa consideração, verifica-se que o Judiciário quando interfere na avaliação de determinados interesses públicos e sociais, o faz na sua condição legítima de órgão revisor da violação de direitos subjetivos e coletivos que deles derivam. Participa assim, como Poder, da persecução ao objetivo do bem comum, impedindo qualquer desvio administrativo nesse caminho.*

.....  
*Demonstrados os limites da discricionariedade, não pode o Judiciário, a pretexto de garantir o equilíbrio do Estado, furtar-se de sua função de órgão revisor da violação de direitos. Toda vez que provocado a pronunciar-se, cumpre-lhe o dever de exaurir sua função pronunciando o Direito.*

*Aliás, a Carta Federal, confere a todos os cidadãos o direito e a garantia de não ter excluída de sua apreciação lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV). O princípio da proteção judiciária, também chamado princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, constitui, em verdade, a principal garantia dos direitos subjetivos.*

*É certo, por sua vez, que em se tratando de zona metropolitana, a Carta Federal de 1988 estabelece como dever comum ao Estado e ao Município o controle do uso e da ocupação do solo urbano (arts. 25, § 3º e 30, VIII), a proteção ao meio ambiente e o combate a poluição em qualquer de suas formas (arts. 23, II e IV e 225, § 1º, I).*



*Portanto, o que se busca com a ação civil pública é a subsunção do fato ao comando de vedação de natureza normativa. Provoca-se o Judiciário a exercer o controle sobre fato e ato caracterizado como contrário ao ordenamento legal. Pretende-se, em última análise, a submissão da Administração à legalidade.*

*Pretextando a afronta ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes alguns, ainda, declinam de seu monopólio de controle jurisdicional.*

*Por certo que esse fundamento, por demais simplista, dá lugar ao abuso de poder do Estado e da Municipalidade.*

.....  
*Tenhamos, pois, a certeza de que a discricionariedade administrativa, por si só, não constitui óbice para a decisão jurisdicional no caso de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em interesse do bem comum, porque a definição do que seja este não é exclusiva do Executivo, mas objetivo fundamental da República e de seus Poderes. A evolução dinâmica do Direito faz com que o Judiciário assumam um papel importante participando ativamente, na medida em que for provocado, da interpretação dos objetivos do bem comum, corrigindo os desvios e omissões da Administração e dos agentes públicos no mister que lhes impõe o munus público" (cf. "Ação Civil por dano Urbanístico: questões controvertidas", in "Temas de Direito Urbanístico", CAO HURB, Imprensa Oficial, 2000, págs. 68/70).*

*Não há que se falar, assim, em violação ao princípio constitucional da harmonia e independência dos Poderes.*



5. No que se refere à observância das exigências, a r. sentença recorrida fez exaustivo exame da situação atual, retratada no laudo do perito judicial, cujas conclusões foram confrontadas com a crítica do assistente técnico da ré.

Extrai-se da prova, com efeito, que, como afirmado pela r. sentença, as exigências de n°s 02, 07, 08, 09 e 12 foram inquestionavelmente cumpridas; outrossim, o assistente técnico da Municipalidade admitiu que as de n°s 01, 03, 06 não foram atendidas (cf. fls. 256 e 260).

Incontroverso também é o desatendimento às exigências de n°s 04 (construção, junto à Ponte Cidade Jardim, de acesso à Marginal Pinheiros), 05 (fechamento, ou inversão da mão de direção, da Rua Taques Alvim, condicionado, porém, à execução do novo acesso), bem como às de n°s 10 (tratamento acústico adequado na rampa de acesso e na região do emboque do túnel) e 13 (implantação de obstáculos acústicos e plantio de árvores entre a Rua Alcebiades Delamare e Marginal Pinheiros), apesar das considerações aduzidas pelo assistente técnico da ré no ponto (fls. 263/264 e 270/271).

6. No entanto, em relação às demais exigências, a r. sentença comporta reparos.

Assim é que, no que se refere à exigência n° 11 (tratamento paisagístico na rampa de acesso e emboque), tem-se que, admitida a inviabilidade do tratamento paisagístico na própria entrada do túnel (fls. 493/494), apenas restaria a possibilidade de aplicá-lo nas áreas externas da entrada, o que foi feito, como se revela pelas fotografias de fls. 267/268.

Há de se reputar atendida, por isso, a referida exigência.



Outrossim, a exigência de nº 14 restou prejudicada, já que as providências nela estabelecidas restringiam-se ao período de duração das obras, que já foram concluídas.

Ficam, assim, excluídos da condenação o cumprimento das exigências de nºs 11 e 14.

7. Quanto aos prazos assinados para o atendimento do julgado, tem-se por realmente exíguo o prazo de 240 dias para o ajuizamento das ações de desapropriação, com pedidos de imissão na posse. Além da elaboração dos estudos técnicos necessários, o cumprimento da obrigação implicará na alocação de recursos orçamentários, para o que se afigura razoável fixar o prazo de 18 meses.

Em relação às demais obrigações, no entanto, revela-se adequado o prazo assinado.

8. A cominação de multa diária, na execução de obrigação de fazer, é prevista no artigo 644 do Código de Processo Civil, que não a exclui em relação à Fazenda Pública.

Como acentuou acórdão desta Câmara, do qual foi relator o e. Desembargador Rui Stoco, *"não se pode olvidar que os privilégios que se concedem a determinados entes, quando figurem no pólo ativo ou passivo da ação judicial, devem ter previsão expressa, pois tratamento processual desigual, ademais de ofender o princípio da isonomia, não se presume.*

*Em expressivo julgado, ficou assentado que 'A imposição de multa cominatória tem supedâneo no art. 461, § 4º do CPC, o qual não exclui as Fazendas Públicas. Como vivemos num Estado de Direito, justo que ele se submeta às*





*normas que cria, pelo que deve se sujeitar à multa cominatória. Os privilégios de que goza o Estado e que às vezes, realmente, se reconhece necessário, não se alojam no capítulo das execuções das obrigações de fazer, mas no das execuções por quantia certa. Ademais, os privilégios da Fazenda hão de estar expressos em lei, para serem deferidos, o que não ocorre na espécie' (TJSP - 9ª C. Dir. Público - AI 56.937-5/3 - Rel. Rui Cascardi).*

*Também não se pode deslembrar que as astreintes, denominação dada à multa diária por descumprimento, 'são somente meio de coação tendente a dobrar a recalcitrância do devedor, visando a obter do mesmo a execução da prestação de fazer (ou de não fazer) fungível como infungível, sempre que ao credor interesse obter a própria prestação e não o equivalente monetário' (ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, Das Astreintes nas obrigações de fazer fungíveis, Ajuris n. 14/129, novembro de 1978) (JTJ, 243/212; no mesmo sentido, cf. 190/206, 217/191 e 224/216).*

9. O recurso da autora comporta acolhimento, uma vez que, mesmo considerada a sucumbência parcial da apelante - que, na realidade, decaiu de parte mínima do pedido - o valor fixado pela r. sentença é insuficiente para remunerar adequadamente o trabalho desenvolvido pelos seus patronos.

Observado o disposto no artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil, fica a verba honorária elevada a cinco mil reais (R\$ 5.000,00).



10. Daí o provimento da apelação da autora para elevar a verba honorária e o parcial provimento dos recursos oficial e da Municipalidade, para majorar o prazo fixado para atendimento da exigência nº 04 e afastar da condenação o atendimento das exigências nºs 11 e 14, mantida no mais, inclusive por seus fundamentos, a r. sentença recorrida.

**JOSÉ CARDINALE**  
Relator